

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacão do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Linguística, letras e artes e sua atuação multidisciplinar

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L755 Linguística, letras e artes e sua atuação multidisciplinar 2 [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-206-7

DOI 10.22533/at.ed.067202307

1. Artes. 2. Letras. 3. Linguística. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E SUA ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR 2, coletânea de vinte e três capítulos que une pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, discute temáticas que circundam a grande área das Letras e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber, como marcado pela proposta multidisciplinar fixada no seu escopo maior.

Destarte, esse volume está ancorado em três eixos maiores: a Linguística, a Letras e as Artes. É assim que o diálogo se dá, sempre observando o entrelaçar com outras áreas, assim como o debatido e refletido a partir de construções sociais para o tema.

No momento dedicado a Linguística, temos doze capítulos que atravessam as variadas correntes analíticas dos estudos linguísticos, dos estudos advindos das contribuições de Saussure até mesmo a aplicação do ensino de língua, seja portuguesa ou inglesa, e a sua interação com o suporte, com o livro didático.

A etapa voltada para a Literatura, apresentamos seis capítulos que mantêm essa proposta de diálogo com a atualidade e com os dilemas sociais do momento, assim observamos discussão que paira os livros infantis e as representações de sentimentos e perturbações humanas na composição literária.

As Artes aqui congregam cinco capítulos que abordam a dramaturgia, a pintura e a música, esta também dialogada com a experiência e o exercício do profissional da área.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A LÍNGUA COMO ELEMENTO DE PODER: UMA REVISÃO HISTÓRICA A PARTIR DOS EXCERTOS DE SAUSSURE	
Lucas da Silva Paulino	
DOI 10.22533/at.ed.0672023071	
CAPÍTULO 2	15
A INTERFERÊNCIA DOS FATORES EXTRALINGUÍSTICOS NA CONCORDÂNCIA VERBAL	
Renné da Glória Andrade Valéria Viana Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0672023072	
CAPÍTULO 3	20
CASOS DE FLUTUAÇÃO DO MODO SUBJUNTIVO: ATOS DE FALA DO CAMPO SEMÂNTICO DE DÚVIDA	
Adriana Ferreira de Sousa de Albuquerque Alessandra Zager Tinoco Viana	
DOI 10.22533/at.ed.0672023073	
CAPÍTULO 4	38
ENTRE PALAVRAS E PALAVRÕES CAMINHA A HUMANIDADE: INTERFACES LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS	
Samara Trovão Meneguetti Claudia Maris Tullio	
DOI 10.22533/at.ed.0672023074	
CAPÍTULO 5	51
A PERSPECTIVA INTERACIONISTA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA E COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: UM ESTUDO DE INTER-RELAÇÕES	
Laíza da Costa Soares Araújo Mônica Mano Trindade Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.0672023075	
CAPÍTULO 6	63
ONDE ESTÁ O SUCESSO? UMA ANÁLISE DA OBRA “O SUCESSO PASSO A PASSO”	
Thiago Barbosa Soares	
DOI 10.22533/at.ed.0672023076	
CAPÍTULO 7	78
POLIFONIA DE ENUNCIADORES E OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO	
Laíza da Costa Soares Araújo Mônica Mano Trindade Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.0672023077	
CAPÍTULO 8	91
DISCURSO JURÍDICO E PLANEJAMENTO FAMILIAR: ANÁLISE SOB UM VIÉS FOUCAULTIANO	
Felipe Bini Claudia Maris Tullio	
DOI 10.22533/at.ed.0672023078	

CAPÍTULO 9	102
GÊNEROS TEXTUAIS E DOCÊNCIA COMPARTILHADA, UMA PRÁTICA AO AUXÍLIO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0672023079	
CAPÍTULO 10	113
ATIVIDADES DE ENSINO DE VOCABULÁRIO EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO: SOB OS ASPECTOS LEXICAIS	
Rosemeire de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.06720230710	
CAPÍTULO 11	125
O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VISÃO HISTÓRICA SOBRE ESTE INSTRUMENTO PEDAGÓGICO	
Gabriela Schmitt Prym Martins Roberta Costella	
DOI 10.22533/at.ed.06720230711	
CAPÍTULO 12	137
PRÁTICAS DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS CURTOS EM LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO	
Gabriel Marchetto	
DOI 10.22533/at.ed.06720230712	
CAPÍTULO 13	144
A FUNÇÃO SOCIAL DOS LIVROS INFANTIS COM PROTAGONISTAS/PERSONAGENS NEGROS	
Thamiris Adão Ferreira da Silva Jovana Aparecida da Silva Lídia Maria Nazaré Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06720230713	
CAPÍTULO 14	154
PERCEPÇÕES SOBRE O LIVRO CHAPEUZINHOS COLORIDOS DE JOSÉ ROBERTO TORERO E MARCUS AURELIUS PIMENTA	
Katiane Dal Molin	
DOI 10.22533/at.ed.06720230714	
CAPÍTULO 15	164
TEXTURAS E TESSITURAS DA LÍRICA: UM MODO DE LER A POESIA DE MAX MARTINS	
Carolina da Costa de Almeida Raphael Bessa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.06720230715	
CAPÍTULO 16	176
A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA, MORTE E LUTO NO CONTO “A TERCEIRA MARGEM DO RIO” DE JOÃO GUIMARÃES ROSA	
Thaína Martins da Silva Lídia Maria Nazaré Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06720230716	

CAPÍTULO 17	187
RELACIONAMENTO ABUSIVO COMO MORTE METAFÓRICA: ANÁLISE DA OBRA RETRATOS DE CAROLINA DE LYGIA BOJUNGA	
Ana Carolina de Castro Batista Thiago Alves Valente	
DOI 10.22533/at.ed.06720230717	
CAPÍTULO 18	198
CAMILO CASTELO BRANCO NO SÉCULO XXI	
Luiz Eduardo Martins de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.06720230718	
CAPÍTULO 19	208
O FIO DA NARRATIVA MÍTICA NA TRAMA DE DRAMATURGIAS FEMINISTAS	
Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra	
DOI 10.22533/at.ed.06720230719	
CAPÍTULO 20	216
A CIÊNCIA AO SERVIÇO DA ARTE E DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO: TRÊS CASOS DE ESTUDO EM PINTURAS MURAIS DO PROJETO <i>PRIM'ART</i>	
Milene Gil Duarte Casal	
DOI 10.22533/at.ed.06720230720	
CAPÍTULO 21	227
OS TRANCOS DO PROGRESSO: O OLHAR CAIPIRA SOBRE SÃO PAULO NA MODA DE VIOLA BONDE CAMARÃO	
Carlos da Veiga Feitoza Beatriz Magalhães Castro	
DOI 10.22533/at.ed.06720230721	
CAPÍTULO 22	243
SITUAÇÃO PROFISSIONAL DE EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MÚSICA: ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR NA E FORA DA ÁREA DE MÚSICA	
Juraci Alves Silva Neto Cíntia Thais Morato	
DOI 10.22533/at.ed.06720230722	
CAPÍTULO 23	258
A MÚSICA E O INGLÊS DE MÃOS DADAS NA “TARDE CULTURAL”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL ROTARY NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN	
Danilo Augusto de Menezes Giann Mendes Ribeiro Rita Célia Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.06720230723	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

A LÍNGUA COMO ELEMENTO DE PODER: UMA REVISÃO HISTÓRICA A PARTIR DOS EXCERTOS DE SAUSSURE

Data de aceite: 13/07/2020

Data de submissão: 05/05/2020

Lucas da Silva Paulino

Mestrando em Linguística pelo Proling (UFPB) e bacharelado em Relações Internacionais pela mesma universidade.

João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/7456622420300191>

RESUMO: Este artigo discorre sobre o processo de produção de uma pesquisa bibliográfica proposta durante as aulas da disciplina Linguística: história, objetos, teorias, métodos, do programa de pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no primeiro semestre de 2019, ministrada pela Dra. Vera Lúcia Pires, professora visitante na mencionada universidade. Aqui pretende-se descrever e identificar situações em que a língua foi utilizada como instrumento de imposição política em um determinado grupo social, organização ou nação, fundamentados nas ideias do capítulo V, da Introdução do Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure, denominado “Elementos internos e Elementos externos da Língua”. O linguista suíço, embora não atenda seus estudos à língua como elemento de poder político, aborda de maneira breve, porém objetiva, como os elementos

externos da língua afetam os elementos internos da mesma. Segundo o autor, questões históricas, de raça e de civilização norteiam a língua, que por sua vez é um dos pilares que constituem a nação. (Saussure, 2012). Desde os primórdios da organização social, o homem passou a ter necessidade de expressar-se e de interagir com os demais seres humanos, seja através dos gestos, da fala ou da escrita. E a língua (verbalizada ou não), de acordo com a comunidade, a época e os sujeitos que dela fazem uso, passou a ser um elemento crucial para a estruturação e identificação de um determinado povo, Estado, nação etc. A história da humanidade traz em sua trajetória momentos, situações e épocas nas quais esse elemento tão intrínseco às relações humanas é indispensável à manutenção do exercício do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; Poder; Saussure.

LANGUAGE AS AN ELEMENT OF POWER: A HISTORICAL REVIEW FROM SAUSSURE EXCERPTS

ABSTRACT: This article discusses the process of producing a bibliographic research proposed during the classes of the Linguistics discipline: history, objects, theories, methods, of the Postgraduate Programme in Linguistics (PROLING) at the Federal University of Paraíba

(UFPB), in the first semester 2019, taught by Dr. Vera Lúcia Pires, Visiting Professor at the University. Here we intend to describe and identify situations in which language was used as an instrument of political imposition in a given social group, organization or nation, based on the ideas of the Chapter V of the Introduction of Ferdinand de Saussure's General Linguistics Course, called "Internal and External Elements of Language". The Swiss linguist, while not addressing his studies of language as an element of political power, briefly but objectively discusses how the external elements of language affect its internal elements. According to the author, historical, race and civilization issues guide the language, which in turn is one of the pillars that constitute the nation. (Saussure, 2012). Since the dawn of social organization, man has needed to express himself and to interact with other human beings, whether through gestures, speech or writing. And language (verbalized or not), according to the community, the time and the subjects who make use of it, has become a crucial element for the structuring and identification of a particular people, state, nation, etc. The history of humanity brings in its trajectory moments, situations and times in which this element so intrinsic to human relations is indispensable to the maintenance of the exercise of power.

KEYWORDS: Language; Power; Saussure.

1 | INTRODUÇÃO

O *Curso de Linguística*, obra precursora dos estudos estruturalistas e da semiologia na Linguística Moderna, depois de cem anos de sua publicação, mostra-se cada dia mais atemporal e atualizada, ao discutir como a linguagem se desenvolve nas relações humanas e como a Linguística faz-se presente nas ciências humanas e sociais de maneira tão efetiva, ao tratar a língua como um elemento de construção de um ideário coletivo de poder político, e de como os elementos externos que rodeiam os seres humanos influem diretamente na maneira como esses se comunicam.

É partindo desse pressuposto que este artigo pretende investigar como Saussure em suas observações sobre a língua como elemento de elementar importância para a consolidação das relações entre seres humanos, observou-a também como um instrumento de poder para a consolidação de hegemonias de grupos sociais ao longo da história da humanidade. Bem como seus apontamentos dão indícios de um campo de estudos dentro da Linguística que surgiria décadas depois para analisar o papel que a(s) língua(s) possui dentro de uma organização social, o que conhecemos hoje como Política Linguística.

A metodologia adotada neste estudo configura-se como a pesquisa bibliográfica de base qualitativa. Tendo como fundamentação, a referência teórica de autores que abordam nas produções aqui apresentadas, a língua como esse recurso de poder na sociedade, como fora defendido por Saussure.

Seis seções constituem este artigo. A primeira traz a relação da língua com o conceito de nação, como fora proposto por Saussure, e como essa imbricação está também presente nas Relações Internacionais como ciência. A segunda trata do exemplo da imposição do latim pelo Império Romano na região que hoje compreende a Península Ibérica. A terceira

trata das línguas europeias e o seu papel no processo de colonização na América. A quarta discorre sobre o papel do francês como língua de unificação do território que hoje compreende a França durante o século XVI. A quinta trata da relação das seções anteriores com o campo de estudos da linguística que hoje compreende a Política Linguística. Por fim, a sexta traz exemplos contemporâneos da língua como instrumento de poder no Brasil e na Espanha nos últimos cem anos.

2 | A LÍNGUA COMO ELEMENTO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O que chama atenção na proposição de Saussure acerca da relação língua e nação, é o fato de que o linguista já indicava nas aulas em que advieram o *Curso de Linguística Geral*, a “Língua” como um dos elementos caracterizadores de uma nação ou de um Estado-nação, bem antes do surgimento de outras ciências – a exemplo as Relações Internacionais - e de escritos de estudiosos das áreas de humanas e de sociais que passaram a considerar a língua como parte da identificação de um povo.

Eric Hobsbawm, grande historiador marxista do século XX, um dos escritores mais estudados nas Relações Internacionais, em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* aponta que a caracterização de uma nação, divide-se em língua, etnia, território comum, cultura etc. (Hobsbawm, 2004). O Tratado de Versalhes, acordo de paz assinado pelos Estados europeus que cessou a Primeira Guerra Mundial em 1919, proposto pelo então presidente estadunidense, Woodrow Wilson, trouxe a língua e a nacionalidade como características padrão para a criação e reconhecimento de Estados-nação.

Os estudos do nacionalismo pelas Relações Internacionais e pela Ciência Política, consideram a língua e a linguagem interdependentes em sua relação com a questão identitária de um povo. Anderson (2006), afirma em seu famoso livro *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, que a língua e a linguagem em suas formas escrita e oral constroem um sentimento coletivo de identidade compartilhada entre os sujeitos que constituem um estado-nação. Corroborando com o pressuposto saussuriano de que “[...] os costumes de uma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a Nação” (Saussure, 2012: p. 53).

3 | A QUESTÃO DO LATIM NO IMPÉRIO ROMANO

Ademais da questão nação, Saussure, mais adiante, trata da língua e da sua relação com a história política. O autor descreve grandes acontecimentos na história da humanidade que trazem a língua como ferramenta para a prescrição de uma ideologia política dominante que inevitavelmente impôs uma língua sobre outra(s), de maneira a instituir um projeto de dominação em novos territórios invadidos e explorados.

Em segundo lugar, cumpre mencionar as relações existentes entre a língua e a história política. Grandes acontecimentos históricos, como a conquista romana, tiveram importância incalculável no tocante a inúmeros fatos linguísticos. A colonização, que não é senão uma forma de conquista, transporta um idioma para meios diferentes, o que acarreta transformações nesse idioma. (SAUSSURE, 2012: p. 53).

O latim, como bem apontou Saussure, é um dos primeiros e principais exemplos de imposição linguística que se tem conhecimento na história da humanidade. À medida que o Império Romano perpetuava-se por toda a Península Ibérica, uma das primeiras ações da legião romana era determinar um processo de conquista da costa do mediterrâneo em direção ao litoral do Atlântico através da fundação de cidades, ao lado da sobreposição do latim - como elemento de integração entre os diversos povos - que sufocou diversos idiomas e dialetos, como: aquitânea, proto-basco, ibérico, tartessiano, indo-europeias, celtibérica, galaica, lusitana, sorotáptica, helênicas, semíticas, fenícia, púnica etc.

Como forma de institucionalizar essa política linguística, o poder político do Império Romano na Península Ibérica exigia a utilização do latim como língua oficial nas documentações oficiais, de modo a depreciar as línguas e dialetos massificados na península, e evidenciar o idioma romano como a língua da cultura superior.

A história da língua latina, particularmente do latim vulgar, está intimamente ligada à do Império Romano. À medida que se expandiam as fronteiras do Império por meio de conquistas e de hábeis alianças, alargava também o espaço territorial do latim. Crescendo com o Império, decaiu com ele, mas não morreu: em situações geográficas e em condições sociais, econômicas e culturais diferentes, do latim vulgar, falado pelas populações deixadas pelo refluxo político de Roma, nasceram às línguas românicas, que o perpetuam. (BASSETO, 2000: p. 99)

Com o passar do tempo, a interação do latim vulgar com outros dialetos e idiomas originou outras línguas, consideradas neolatinas que depois passaram a sobrepor-se entre em si, dentro de um contexto político e histórico específico de uma determinada época, o que será discutido mais a frente, porém, antes, atemo-nos à colonização, outro período da história da humanidade no qual a imposição linguística fora um instrumento essencial para a consolidação do processo de exploração de um povo a outro, também apontada por Saussure.

4 | A COLONIZAÇÃO NA AMÉRICA

Com a chegada dos europeus na América, uma das primeiras ações dos colonizadores, com o apoio da Igreja Católica, era de catequizar os índios através do ensino das línguas colonizadores, lançando mão do uso de suas línguas nativas, as quais os tiravam do isolamento de suas etnias e os colocavam em um espaço mais suscetível às influências europeias. A imposição do português e do espanhol para comunidades indígenas é um dos primeiros exemplos o qual que se tem conhecimento, de uma política impositiva de línguas

estrangeiras em território americano.

O ensino das línguas espanhola e portuguesa aos indígenas pelos jesuítas, além de conseguir adeptos e fieis ao cristianismo católico, servira para instituir, através da língua, uma forma de impor os ideais colonialistas de chegada da civilização europeia ao Novo Mundo, de maneira a facilitar a exploração do continente por meio de uma comunicação mais eficiente.

Nesse processo de “aprender as línguas indígenas, portugueses, espanhóis e índios fazem surgir as línguas gerais indígenas, no intuito de fazer com que pessoas de línguas diferentes pudessem se comunicar (Calháu, 2010, p.34)”, uma ação concreta de gestão linguística que abarca contemporaneamente a Política Linguística e o Planejamento Linguístico, que embora não tenham sido objetos de estudo de Saussure, já é um indicativo apresentado pelo pai da Linguística nas aulas que originaram o Curso de Linguística Geral, de uma futura área de estudos da Linguística a qual relaciona a língua e a linguagem com a vida política e social, quando afirma que a língua é quem constitui a nação, e que há relações existentes entre ela e a história política.

Calvet (2002, p.145), um dos precursores da Política Linguística e do Planejamento Linguístico como área de concentração de estudos da Linguística, define essa ciência como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato.”

No caso do Brasil colônia, especificamente, a língua indígena tupinambá (língua presente nas tribos do litoral brasileiro) passou a ser estudada, ensinada e utilizada como idioma comum em toda a colônia, de maneira que se aproximasse os colonizadores europeus, bem como os padres jesuítas, ao convívio dos indígenas. Objetivando um trabalho de doutrinação e de catequização que seria facilitado através da instrução formal acontecida por meio do processo de alfabetização do português, um exemplo concreto do uso da língua como instrumento de poder político assim como apontou Saussure, e de Política e Planejamento linguístico de acordo com Calvet.

Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria. Ao chegarem os padres ao Brasil, sem deixarem a portuguesa, verificaram que, para atrair e catequizar os índios, era indispensável saber a língua deles. Desta regra e desta verificação provieram múltiplas vantagens para a catequese e para a ciência. Os dois principais campos de atividade dos jesuítas, nos primeiros tempos, foram a capitania de S. Vicente e a Baía. A pregação na língua começou simultaneamente em ambas, mas com vantagem em S. Vicente, porque ali iniciaram-na alguns portugueses vindos há muito para a terra, e que ao agregarem-se à Companhia, já dominavam a língua tupi, falada na costa do Brasil. (LEITE, 1938: p. 545)

É notório como a língua, no caso do Brasil, passou a ser um elemento indispensável para a concretização dos interesses da Coroa Portuguesa na Colônia. Aprender o tupinambá, e impor o ensino da língua peninsular para os índios e a difusão dessa através da catequização, facilitou e, de certo modo, acelerou o processo de exploração das terras brasileiras. Posto

que a comunicação dos europeus com os índios, oportunizou a aqueles o conhecimento das regiões da Colônia, nas quais apresentavam condições ideais para futuramente estabelecer plantações de produtos agrícolas, de extrativismo mineral e de exploração de especiarias, sendo esses dois últimos os mais importantes no momento inicial da colonização para a economia portuguesa.

5 | A LÍNGUA E SEU PAPEL NA UNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO FRANCÊS

Além do caso do Imperialismo Romano com o latim e de Portugal com a imposição do português ante as línguas indígenas no Brasil, cabe destacar um outro fato histórico que demarca bem a língua como elemento indispensável para a conquista dos interesses de um determinado grupo: o estabelecimento do francês como idioma de unificação do território da França no período do surgimento dos Estados nacionais europeus durante o século XVI.

Nesse contexto, o então território que hoje compreende a França era constituído de “[...] territórios de diferentes leis e idiomas juntos sob o domínio de uma pessoa ” (Millar, 2005: p. 24, tradução nossa)¹. Havia “[...] idiomas regionais de uso comum: idioma da minoria francesa ‘Francien’ falado por poucos fora da área da Ilha de França.” (Offord, 1996: p. 4, tradução nossa)². “Formas escritas emergindo ao lado de formas faladas no norte da França” (Millar, 2005: p. 24, tradução nossa)³.

Como forma de privilegiar o francês como língua, institucionalizá-la e torná-la presente nos territórios recém conquistados, o então Rei Francisco I estabeleceu que “[...] as Ordenanças de Villers-Cotterêts em 1539 haviam tornado o dialeto de Paris e da Ilha de França, agora conhecido como francês, o idioma dos documentos oficiais” (ROBB, 2007: p. 52, tradução nossa)⁴

“O uso do francês obrigatório em documentos oficiais com o edital de Villers-Cotterêts de 1539 que excluía o uso do latim, mas também do occitano, picard e outras línguas regionais” (Jack, 1999: p. 35, tradução nossa)⁵. Com o passo do tempo, a Língua Francesa se sobrepôs às demais línguas presentes no território a partir da difusão do seu ensino nos educandários, nos escritos do Império Francês, bem como na desobrigação de ensinar o latim e os demais idiomas presentes nas regiões que passaram sob o domínio da Coroa.

Essa política expansionista e impositiva do francês perpetuou-se por décadas e séculos com a instituição das colônias ultramarinas africanas que ficaram à mercê do controle do Império Francês. Bem como o estabelecimento das colônias norte-americanas, caribenhas e a sul-americana (a atual Guiana Francesa) que - assim como acontecera com os territórios

1 “territories of different laws and languages together under the rule of one person”

2 “regional languages in common usage: ‘Francien’ French minority language spoken by few outside of the Île-de-France area”

3 “Written forms emerging alongside spoken forms across northern France”

4 “the Ordinances of Villers-Cotterêts in 1539 had made the dialect of Paris and the Île-de-France, now known as French, the language of official documents.”

5 “The use of french compulsory in official documents with the Villers-Cotterêts edict of 1539 that excluded the use of latin, but also occitan, picard and other regional languages.”

invadidos pelo espanhol, inglês, e português – tiveram a sua comunicação cotidiana sufocada por um idioma estrangeiro e em alguns casos por até vários na vida coletiva dos habitantes, nesse caso os indígenas.

O curioso é que séculos depois, após um período de exploração e de total subserviência à França, o idioma francês nos países que um dia foram colônias francesas continua sendo uma língua de prestígio, de elite e de poder. É o que afirma Khadim Ndiaye, filósofo e pesquisador de temas relacionados à história antiga e colonial na África, em seu artigo “O francês, a francofonia e nós” publicado em 2014 no site “buala.org”.

Ndiaye aponta que os africanos falantes de língua francesa tornaram-na uma língua de elite, prestigiada, a qual permite a promoção ao indivíduo e lhe dá acesso ao poder. Segundo o pesquisador, o francês em alguns países, como o Senegal, por exemplo, é visto como um instrumento de mistificação, de alienação e de manutenção dos ideais de colonização, difundidos ao longo dos séculos. Há uma produção de literatura em língua francesa destinada exclusivamente à França e a Bélgica, que conta a vida dos africanos, mas que não é destinada a eles próprios. Enfim, a francofonia em território africano reforça a hegemonia imperialista de um país que antes impôs o seu idioma e que hoje o utiliza como forma de manutenção de uma cultura colonialista que atende aos interesses da ex-metrópole.

6 | A POLÍTICA LINGUÍSTICA

Além de Calvet (2002), Nynvoles (1991) e Bein (2017) apontam que ações como as descritas anteriormente, nas quais há a intervenção do Estado nas questões relativas a institucionalização de uma língua em detrimento de outras, em prol de uma finalidade de poder é o que se pode caracterizar como planejamento linguístico, conceito esse que está intrinsicamente ligado a ações concretas de políticas linguísticas, que são promovidas pelo Estado, considerando questionamentos essenciais que norteiam a realidade de uma comunidade, a identidade do povo, suas características socioculturais e econômicas.

Baylon (1991), reforça a ideia defendida pelos teóricos acima ao afirmar que o planejamento/ planificação linguística é um conjunto de iniciativas contínuas e sistemáticas que para se fazer presente de maneira efetiva na sociedade, urge do apoio institucional. Esse apoio está diretamente ligado a uma intervenção linguística que afeta efetivamente as relações funcionais de uma língua em relação a outra, em um determinado grupo social ou até mesmo de maneira macro em uma sociedade complexa e heterogênea, corroborando com uma possível ascensão ou talvez com uma depreciação de uma língua.

Essa intervenção linguística apresentada por Baylon (1991), pode caracterizar-se como um ato de poder que historicamente sempre esteve presente na história da humanidade como forma de controlar as grandes massas ou até mesmo de colonizar e invadir territórios, de maneira que impusesse uma cultura dominante e que consolidasse um grupo ou sistema político em determinada região, como nos casos do Imperialismo Romano e do latim na Península Ibérica e da imposição das línguas europeias (espanhol, francês, inglês

e português) no período de colonização da América, como forma de sufocar os dialetos e línguas ameríndias, e africanas nos locais onde houve escravização de negros, especialmente na América Latina, exemplos esses já mencionados anteriormente e citados por Saussure.

7 | A LÍNGUA COMO ELEMENTO DE PODER NA CONTEMPORANEIDADE

Além desses relatos históricos, mais recentemente, há vários exemplos de imposições linguísticas mais palpáveis à nossa realidade. Na própria Europa, berço das imposições linguísticas no mundo ocidental, especialmente na Espanha, houve a proibição do ensino e difusão das línguas regionais espanholas “catalán”, “euskera”, “gallego” durante a ditadura militar de Francisco Franco nos anos de 1936 a 1975, e a imposição do castelhano como único idioma oficial do país.

Durante décadas, essas línguas estiveram mais que ofuscadas pelo espanhol, e na atualidade, há um movimento por parte do País Basco, Navarra, Galiza, Valencia e especialmente na Catalunha de reafirmar os seus idiomas como parte constituinte de suas identidades, colocando o espanhol como língua de segundo plano, de modo a rechaçar a imposição da metrópole madrilenha.

No caso do Brasil contemporâneo, ademais da imposição da Língua Portuguesa na colônia, no século passado tivemos diversos registros de ações advindas do Estado que visavam a não propagação das línguas nativas de imigrantes europeus e asiáticos em dada região do país em decorrência de estratégia geopolítica.

Desde o golpe que levara Getúlio Vargas ao poder em 1930, o presidente tinha a política nacionalista como objetivo principal para manter o Brasil sob controle, longe das influências estrangeiras. No âmbito educacional, em meados da década de 1930, houve uma campanha de nacionalização do ensino em que várias medidas foram adotadas com o intuito de impedir a difusão da cultura e da presença externa nos sistemas educativos de todo o país. No âmbito linguístico, o ensino das Línguas Estrangeiras passou a ser proibido para menores de quatorze anos; as aulas deveriam ser ministradas exclusivamente em língua portuguesa, proibindo o uso das línguas indígenas em sala de aula; o financiamento ou até mesmo a cooperação com instituições educacionais estrangeiras estava estritamente suspensa.

Giralda Seyferth (1999) em seu texto “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo” destaca que em 1939, com o início da II Guerra Mundial, a situação da pluralidade linguística no país passou a enfrentar situações ainda mais severas como a proibição de se falar línguas estrangeiras em público. Os imigrantes europeus localizados na região Centro-sul do Brasil tiveram de fechar associações, rádios comunitárias, periódicos e de até mesmo celebrar cultos religiosos em língua estrangeira. O exército foi colocado nas ruas para fiscalizar essas regiões que se encontravam principalmente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas redações dos jornais e revistas passou a ser obrigada a presença de redatores brasileiros que se incumbiam de censurar os textos estrangeiros e de publicar artigos com enfoque nacionalista.

Os filhos de imigrantes, que mal sabiam falar português, eram forçados a aprender o idioma oficial do Brasil nas escolas e educandários comunitários de todo o país. O que conseguiam aprender através do letramento da sua língua materna, era ensinado clandestinamente, às escondidas, pelos parentes mais próximos e por membros da mesma comunidade.

Com o passar do tempo, ao passo que as tensões mundiais se acirravam em decorrência da II Guerra Mundial, medidas mais repressoras eram tomadas pelo governo de Getúlio, visto que havia no Palácio do Catete uma preocupação com os rumos da economia e da política brasileira no âmbito internacional, pois o Brasil, embora no governo getulista houvesse uma maior preocupação com a defesa dos ideais nacionalistas, mantinha relações próximas com os Estados Unidos que a qualquer momento poderia intervir no grande conflito euroasiático, e ao mesmo tempo detinha - por questões econômicas - uma certa proximidade com a Alemanha, considerada a grande inimiga da guerra. Manter o país longe de qualquer influência estrangeira, era manter a ordem no Brasil.

Percebe-se que essa perseguição às línguas estrangeiras no Brasil durante esse período passou a ter um caráter imperialista, quando em 1942 o Brasil entra na II Guerra Mundial ao atender os interesses dos EUA e também da Inglaterra, grandes parceiros comerciais do Brasil na época. O inglês não teve a mesma perseguição que outros idiomas, especificamente o alemão, o italiano e japonês, esses três últimos foram efetivamente banidos da imprensa e proibidos de se falar em público, como também tiveram os nomes de ruas, placas, letreiros e cartazes escritos nessas línguas retirados do convívio social.

Falar alemão, italiano e japonês era falar a língua do inimigo, e o governo getulista impedia a todo custo que esses idiomas se perpetuassem nas províncias, pois esses eram os idiomas oficiais das Nações do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. O italiano era combatido nas fábricas, no comércio e nas ruas, especialmente em São Paulo, estado onde concentrava-se a maior parcela de imigrantes italianos e de seus descendentes; o japonês era perseguido também em São Paulo e no Paraná, regiões que na época detinham o maior número de imigrantes e de nipo-brasileiros no Brasil; e o alemão (a língua mais reprimida entre as três) no Rio Grande do Sul, estado com a maior quantidade de descendentes diretos e de cidadãos alemães em território brasileiro.

O alemão, na época, tornou-se a língua mais perseguida no Rio Grande do Sul, pois era nesse estado que se encontrava uma das maiores parcelas de judeus no Brasil, os quais foram perseguidos e acusados de constituírem organizações criminosas. Além de terem sua memória histórica como: livros, fotos, documentos, periódicos destruídos, bem como imigrantes aprisionados, torturados e em alguns casos mortos, “[...] o Estado getulista perseguiu certos segmentos como inimigos da pátria e da nação, acusando parte de seus descendentes de nazistas, mas ao mesmo tempo adotou métodos muito semelhantes àqueles vigentes na Alemanha no mesmo período.” (Campos, 2006: p.18).

A imagem a seguir, reproduzida do portal Jornal de Todos os Brasis, replica a ordem verbalizada pelo governo getulista, em março de 1943, para os imigrantes japoneses, italianos e alemães ao proibir de falarem suas respectivas línguas maternas



Fonte: <https://jornalggn.com.br/historia/e-proibido-falar-italiano-alemao-e-japones/>

Gertz (1991) aponta que os descendentes alemães tiveram de se adaptar brutalmente à cultura brasileira, pois repentinamente a comunidade teuto-brasileira teve de deixar

“[...] de ser legítima toda uma expressão e organização sócio-cultural permitida por mais de cem anos, tendo sido incentivada e elogiada pelas instâncias oficiais. Houve uma brusca ruptura da rede escolar teuto-brasileira, que contava, então, com 1141 escolas e 1200 professores no Rio Grande do Sul, um cerceamento das estruturas de sociedades recreativo-culturais e „foi proibido falar em língua alemã”, quando uma grande parte (maioria dos que habitavam os núcleos rurais) não sabia o português. (...) Para toda uma geração de imigrantes ficou sendo constrangedor manifestar-se em sua identidade cultural da forma como havia sido construída até aquele momento (p. 77).

Além da perseguição linguística, o governo brasileiro fomentava a repressão do povo contra a comunidade teuto, Fonseca (2007) descreve que em agosto de 1942, na cidade de Pelotas – RS, casas e comércios de imigrantes alemães foram destruídos, além da igreja da comunidade evangélica alemã.

Clubes e associações que até então possuíam nomenclaturas germânicas foram substituídas por expressões em língua portuguesa, desconfigurando assim toda uma identidade que demorou décadas para ser construída, em prol de uma supremacia de uma cultura sobre outra. Além do caso da perseguição do alemão, do italiano e do japonês em território brasileiro no século passado, não poderia deixar de citar uma outra relação de língua como instrumento de poder que vem afetando diretamente o sistema educativo brasileiro: a aprovação da Lei 13.415/2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio que retirou a obrigatoriedade do ensino de uma Língua Estrangeira escolhida pela comunidade escolar, e de uma segunda de acordo também com os interesses da mesma, para impor única e exclusivamente de maneira obrigatória o ensino do inglês nos educandários de todo o país.

Excluindo assim, a diversidade linguística presente nas regiões de fronteira que possui o espanhol como segundo língua e nas comunidades e associações descendentes de povos europeus como italianos e alemães no Sul e Sudeste do país, por exemplo, os quais têm esses idiomas como formas cotidianas de comunicação, e que estudá-los representa a manutenção da identidade e das de seus antepassados e de sua comunidade.

Entende-se a importância do inglês como a língua de comunicação universal, devido ao caráter globalizado que a mesma detém e a força que sua principal mola propulsora, os Estados Unidos, possui em todo globo. No entanto, o que se observa nos países latino-americanos é uma supervalorização dessa língua em detrimento dos demais idiomas presentes em todo o continente. Essa influência é consequência da localização geográfica desses territórios que historicamente sempre estiveram em situação de subversão em relação aos Estados Unidos que, por questões de poder e de hegemonia em toda a América, buscaram manter o seu *status quo* nesse continente ao usar a ideologia política como uma das ferramentas que impede a consolidação de efetivos processos de integração regional, inviabilizando assim, a expansão do estudo das línguas neolatinas em territórios da América Latina e impondo a Língua inglesa como idioma principal nos sistemas educacionais desses Estados.

Esse processo de imposição do inglês como única Língua Estrangeira obrigatória nas escolas de todo o Brasil, agora com a Reforma do Ensino Médio, concerne com a ideia de Cooper (1997) que aponta que a política linguística tem diferentes trajetórias e finalidades, algo considerado muito complexo, visto que diferentes variantes podem afetá-la como: a política, as ideologias e a economia. A língua é uma ferramenta de extrema importância para a sociedade que é controlada por diversas instituições. Partindo desse pressuposto, entende-se que o planejamento linguístico é também o planejamento da sociedade.

A inserção obrigatória e exclusiva da Língua inglesa como segunda língua nos sistemas educativos de diversos países latino-americanos, principalmente o brasileiro, de maneira que desconsidere a relevância dos idiomas falados e difundidos entre os Estados membros dessa região como o guarani, o espanhol e português – especificamente nos países membros do MERCOSUL - bem como as demais manifestações linguísticas advindas de outras culturas de povos, é renegar a globalização e a diversidade presentes nessas culturas, é impor uma visão unilateral de pensamento, de costumes, de práticas sociais, posto que aprender e interagir em língua estrangeira vai mais além do que aprender conceitos gramaticais e/ou expressões idiomáticas.

No caso específico da América do Sul, o estabelecimento de uma ideologia linguística integracionista, assim como fora determinado no Tratado de Assunção que criou o MERCOSUL, entre os povos sulamericanos, especialmente nos sistemas educacionais brasileiros, levaria o espanhol a ser visto não como uma Língua Estrangeira, mas sim como língua co-oficial no Brasil. Bem como o português nas demais nações hispânicas da América do Sul. Combatendo o unilateralismo, especialmente vindo dos Estados Unidos com a Língua Inglesa, que vem impondo uma ideologia linguística neoimperialista na região e estabelecendo um monolinguismo cada vez mais forte e impedindo a difusão mútua entre lusófonos e hispanofalantes dos dois idiomas mais falados na América do Sul.

“Neste espaço, trabalhar o ensino do Português e do Espanhol é um modo de redividir o espaço para torná-lo cada vez mais sulamericano e cada vez menos norte-americano ou europeu, ao lado de trabalhar a resistência ao avanço do inglês, notadamente o americano, como língua de todos. É uma resistência a um certo tipo de monolinguismo”. (GUIMARÃES, 2002, p. 20)

Todas essas intervenções linguísticas, feitas por quem detém o uso do monopólio do exercício do poder, são entendidas de acordo com o que Gilvan Müller de Oliveira (2007) em seu artigo “A ‘virada político-lingüística’ e relevância social da lingüística e dos linguistas”:

A intervenção humana na língua ou nas situações lingüísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou impor à maioria a língua de uma minoria. (p. 89)

Esse jogo de poder está intrinsicamente ligado a um conceito presente dentro da sociolinguística: a ideologia linguística. Esse seguimento de estudo “é uma ponte necessária entre as teorias sociais e linguísticas, pois ele relaciona a microcultura da ação comunicativa a considerações político-econômicas de poder e inequidade social, confrontando limitações macrossociais sobre comportamento linguístico (Woolard e Schieffelin: 1994, p. 72)”.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *Curso de Linguística Geral*, embora Saussure não aborde a Política Linguística diretamente, ao descrever a Linguística Externa como uma vertente da Linguística que norteia a Linguística Interna, ou seja, quando os elementos históricos, políticos e sociais afetam diretamente a maneira como o uso da língua acontece nos falantes, pode ser considerado como mais uma abordagem que o pai da linguística trouxe em suas teorias, além das consagradas teorias dicotômicas saussurianas.

Enfim, tudo quanto se relaciona com a extensão geográfica das línguas e o fracionamento dialetal releva da Linguística externa. Sem dúvidas, é nesse ponto que a distinção entre ela e a Linguística interna parece mais paradoxal, de tal modo o fenômeno geográfico está intimamente associado à existência de qualquer língua; entretanto, na realidade, ele não afeta o organismo interno do idioma (SAUSSURE, 2012: p. 54).

Como exposto nos registros elencados aqui e na visão saussuriana de língua como ferramenta de conquista e de manutenção de poder descritos no capítulo V, da Introdução do *Curso de Linguística Geral*, conclui-se que uma das primeiras iniciativas de quem assinala a força entre classes é de tentar apagar a cultura do outro, impondo a sua, e a língua é um dos elementos principais, quiçá não seja o primordial, para tentar calar o subserviente, o colonizado, o oprimido e o perseguido. Na história da humanidade, os marginalizados e os excluídos que em muitos casos representam a grande massa tiveram suas vozes silenciadas

por uma minoria que busca sempre a sua hegemonia e a manutenção de seu status quo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. 3a ed. London: Verso, 2006.

BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BAYLON, Christian (1991). **Sociolinguistique; société, langue et discours**. Poitiers, Nathan. p. 184.

BEIN, Roberto. La ruta de las políticas lingüísticas. In: MARTÍNEZ, A.; GONZALO, Y.; BUSALINO, N. (Org.). **Rutas de la Lingüística en la Argentina II**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005, fev. 2017. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>> Acesso em: 23 jul. 2019.

CALHÁU, Socorro. **Existe mesmo uma Educação para o povo? “... e uma Educação pro povo, tem?”**. Et. al. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2010.

CALVET, L. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo. Editora Parábola, 2002.

CAMPOS, C. M. **A Política da Língua na Era Vargas**. Proibição do Falar Alemão e Resistências no Sul do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

COOPER, Robert L. **La planificación lingüística y el cambio social**. Cambridge University Press, 1997, p. 215.

FONSECA, Maria Angela Peter da. **Estratégias para a preservação do germanismo (Deutschtum) - gênese e trajetória de um collegio teutobrasileiro urbano em Pelotas (1898-1942)**, Pelotas, 2007, p. 140.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1991.

GUIMARÃES, E. Enunciação e Acontecimento. In: **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, Pontes, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia. p. 15.

JACK, Andrew. **The French Exception: Still so special?** 1999. Second Edition, Profile Books Ltd (London: 2001).

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: Livraria Portugal/ Civilização Brasileira, 1938. TOMO II.

LIA, Cristine Fortes. **A quadrilha de falsários: imigrantes judeus nas ações policiais e judiciais da era Vargas**. Métis: história & cultura, América do Norte. Disponível em: < <http://www.ufrj.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2087/1236>>. Acesso em: 23 de julho 2019.

NDIAYE, Khadim. O francês, a francofonia e nós. Tradução de Maria José Cartaxo. **Buala**, 2014. Disponível em: < <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-frances-a-francofonia-e-nos>>. Acesso em: 20 de julho 2019.

NINYOLES, R.L. **Estructura Social y política lingüística** (X. García Cancela, trad.). Vigo, Ir Indo, 1991, p. 11.

OFFORD, Malcolm. **A Reader in French Sociolinguistics**. Multilingual Matters Ltd (Clevedon, Bristol, Adelaide: 1996).

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. A 'virada político-lingüística' e relevância social da lingüística e dos linguistas (2007). In: CORREA, Djane Antonucci (orga). **A Relevância Social da Lingüística: Linguagem, Teoria e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROBB, Graham. **The Discovery of France**, Picador (Basingtoke, Oxford: 2007) in Danielle, L'Ordonnance de Villers-Cotterêts et la langue française: histoire ou interprétation?, in Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance, Vol. 45, No. 3.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira de; Isaac Nicolau Salum; [tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein]. 28. Ed. – São Paulo: Cultrix, 2012, p. 54-58.

SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 345.

WOOLARD, K. A; SCHIEFFELIN, B. **Language Ideology**. Annual Review of Anthropology. v.23, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 24, 63, 64, 74, 76, 77, 91, 92, 100

Artes 15, 20, 38, 51, 63, 78, 90, 91, 102, 109, 113, 125, 137, 144, 154, 164, 176, 187, 198, 208, 210, 211, 213, 215, 216, 227, 229, 234, 240, 241, 243, 257, 258, 259, 261, 264, 266, 269, 270, 271

Atos de Fala 20, 21, 22, 26, 37, 233

C

Camilo Castelo Branco 198

Concordância Verbal 15, 16, 17, 18, 19

Conto 102, 103, 108, 154, 155, 156, 158, 161, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

D

Discurso Jornalístico 78, 79, 80, 81, 89

Discurso Jurídico 91, 97

Dramaturgia 202, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215

E

Ensino 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 37, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 148, 154, 208, 236, 244, 251, 252, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 269

F

Função Social 144, 148, 150

G

Gênero Textual 102, 104, 108, 109

I

Interacionista 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60

Interpretação 57, 70, 71, 76, 79, 116, 123, 127, 130, 137, 138, 140, 141, 143, 151, 153, 155, 164, 166, 168, 178, 180, 232, 243, 246, 256, 257

L

Letras 15, 19, 20, 31, 38, 42, 51, 58, 61, 63, 76, 78, 91, 92, 102, 103, 111, 112, 113, 125, 136, 137, 139, 144, 146, 154, 164, 165, 176, 179, 186, 187, 197, 198, 208, 216, 217, 227, 230, 242, 243, 258, 265, 266, 269, 270, 271

Língua Estrangeira 8, 10, 11, 20, 21, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 138, 139, 142, 143, 258, 259, 260, 264, 266

Língua Materna 9, 20, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 117, 126, 128, 130, 135

Linguística 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 24, 26, 36, 38, 41, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 74, 76, 78, 90, 91, 92, 102, 113, 114, 125, 128, 131, 133, 137, 144, 154, 164, 166, 174, 176, 187, 198, 208, 216, 227, 232, 237, 243, 258, 269, 270, 271

Lírica 164, 166, 167, 168, 169, 171, 174

Livro Didático 113, 114, 115, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 142, 153

Livro Infantil 145, 151, 189

Loucura 99, 100, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 204

Luto 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185

M

Morte 93, 157, 158, 162, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 195, 196, 197, 205, 206, 209, 213

Multidisciplinar 15, 20, 38, 51, 63, 78, 91, 98, 102, 113, 125, 137, 144, 154, 164, 176, 187, 198, 208, 216, 227, 243, 246, 253, 257, 258, 269, 270, 271

Música 28, 118, 119, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

N

Narrativa Mítica 208, 210, 212, 214

O

Operadores Argumentativos 78, 83, 89

P

Palavras 1, 15, 20, 26, 38, 39, 41, 42, 49, 51, 56, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 82, 86, 89, 91, 102, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 132, 137, 140, 141, 142, 144, 146, 149, 154, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 180, 187, 198, 202, 208, 216, 227, 231, 232, 233, 241, 243, 258, 265

Pintura 169, 217, 218, 221, 222, 224

Poesia 149, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 202, 203, 234

Polifonia 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90

Prática de Leitura 104, 108, 110, 111, 140

S

Semântica 13, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 31, 36, 37, 40, 41, 54, 77, 79, 110, 116, 127, 173

V

Viola 227, 228, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 